



POR QUE TEORIA NA HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA?*

■ CATHERINE DELANO SMITH**

Resumo: Ao focalizar na “história” da história da cartografia, chama-se atenção para a necessidade de distinção entre duas fontes de teoria: a teoria crítica, em função da maneira como mapas são interpretados como documentos históricos; e uma variedade de corpos teóricos (tais quais os das ciências sociais, humanidades e ciências) para a informação derivada dos mapas. O argumento aborda a relação entre história, por definição uma disciplina baseada em textos (em sentido amplo), e a teoria crítica, ambas preocupadas com o problema da autoria, a importância do contexto e do gênero em um nível empírico, e os diferentes níveis de relevância da teoria para a história da cartografia.

O convite para participar de discussões sobre o lugar da teoria na história da cartografia incluiu a sugestão de que o significado de “história” na disciplina possa merecer atenção.¹ Esta é, creio eu, uma questão de importância fundamental. É somente clarificando em nossas mentes as abordagens que temos sobre os mapas do passado que estaremos

em uma posição para seguir adiante e considerar qual teoria geral pode ser aplicada à história da cartografia e por qual motivo. Começando com a nada polêmica premissa de que um mapa é um documento histórico², eu sugiro que vejamos primeiramente como historiadores têm lidado com o problema básico da interpretação de documentos

(minha principal preocupação aqui). O caminho estará aberto, então, para discussões acerca dos modos pelos quais se pode obter a máxima compreensão tanto do conteúdo desses documentos como do lugar de teorias mais específicas.

A principal distinção se dá entre compreender o que um mapa pode nos contar e em que a informação derivada dele contribui para nosso conhecimento acerca de algum contexto ou tendência passada. A dualidade intrínseca do processo de pesquisa – olhar o mapa e pensar sobre ele – demanda duas áreas consideravelmente diferentes de teoria, a geral e a específica. A específica pode levar historiadores da cartografia a uma dentre várias arenas teóricas especializadas, incluindo a ciência social, estudos humanistas e ciência. Já a teoria geral nos leva ao âmbito da teoria crítica, a qual explicitamente aborda o problema da “leitura” – a interpretação do que se lê ou vê em uma página ou em um artefato. Em função do modo pelo qual um mapa é criado, a teoria crítica nos leva aos problemas do texto e da autoria, duas noções literárias por muito tempo vistas por historiadoras como axiomáticas e que se aplicam não menos veementemente ao mapa.

Em um primeiro momento, o casamento entre teoria crítica e história (e a história da cartografia) parece destinado ao fracasso, pois a literatura que se apresenta sob o título da desconstrução se mostra impressionantemente ahistórica.³ Entretanto, é de se esperar que seja assim. A teoria que preenche as estantes de livrarias e periódicos de resenhas, tais como o *The Times Literary Supplement*, referem-se à interpretação e compreensão de literatura.⁴ Ela não tem nenhuma ligação com o estudo de história, muito menos com a história da cartografia. Essa literatura parece se referir a textos, não a história.⁵ Contudo, a definição de texto em teoria crítica abrange aquilo que é “lido” – visto ou sentido e interpretado. Ela engloba, conseqüentemente, as qualidades visuais dos mapas, enfatizadas por Jacob, juntamente a artefatos, arte e paisagem, assim como a escrita, contemplada por Edney.

A teoria crítica é relativamente recente, tendo sido inventada por um grupo de intelectuais parisienses ao final da década de 1960. Alguns nomes notáveis pertencem a ela, tais quais, na primeira geração, Claude Levi-Strauss, Jacques Lacan, Rolan Barthes, Louis Althusser, Michel Foucault e Jacques Derrida. Suas ideias e teorias dominaram a literatura e crítica literária ao longo do último quarto

de século, embora seus escritos ocupem um lugar pequeno quando contrapostos à totalidade do *corpus* de literatura acerca da natureza do conhecimento produzida ao longo dos últimos dois ou três séculos.⁶ Entretanto, aqueles dentre nós desconfortáveis com a teoria pela teoria podem se sentir agradecidos a eles, pois seus trabalhos forneceram um vínculo entre nossos próprios estudos empíricos e os mais elevados campos da filosofia. Em seus escritos, encontraremos uma discussão dos principais problemas de interpretação enfrentados conforme encaramos documentos históricos.⁷ A teoria crítica filtra a filosofia predominante em voga por meio de um formato que podemos reconhecer e aplicar ao problema em questão, o da compreensão dos documentos e mapas a nossa frente.

Embora a teoria crítica seja relativamente nova, debates acerca da natureza do conhecimento histórico há muito ocupam historiadores. É possível que exista algo como história ou seria o passado apenas o que há na mente do historiador? O conhecimento histórico é definido como transcendental: “eventos históricos são eventos passados e, portanto, não podem ser conhecidos à maneira por meio da qual se conhecem os eventos presentes”.⁸ Ainda assim, uma

linha de pensamento tem sido comparar o conhecimento histórico com o conhecimento científico (enquanto sujeito às leis e regularidades da natureza que operam através do passado, do presente e do futuro). No início do último século, o historiador alemão Leopold von Ranke posicionou-se a favor de uma “verificação minuciosa de fatos ... e um relato objetivo [enquanto] o principal propósito dos historiadores”⁹, assim como igualmente a favor de generalizações a partir desses fatos, não se limitando a explicações de fatos singulares. A história moderna nem sempre corroborou essa visão, e muitos livros e artigos focalizaram no particular sem vinculá-lo a qualquer corpo teórico.¹⁰

Um ponto, então, que eu gostaria de sugerir é que, enquanto historiadores da cartografia, devemos estar bem orientados no sentido de confirmar as origens de qualquer teoria aplicada a nosso objeto e identificar esse vínculo. Outro ponto é que historiadores da cartografia reconhecerão, talvez para sua surpresa, muito do que há em teoria crítica como uma resposta para suas questões mais básicas. Abordarei apenas um aspecto.

O criador de um mapa enquanto autor_____

A história existe devido a seus autores. Ela não possui existência independente.¹¹ A história não é e não pode ser baseada em experiência direta, mas apenas em conhecimento decorrente de descrição”.¹² É esse embasamento no texto (*sensu largo*, ou seja, todas as formas de comunicação, incluindo documentos, mapas, pinturas, artefatos) o que aproxima história e literatura no tocante a problemas de interpretação. Aceitar isso significa que podemos seguir para uma das questões centrais em teoria literária, a noção de autor.

Obviamente, a pessoa que chamamos de autor foi a responsável pelo texto que lemos. Entretanto, tem sido muito debatida a extensão à qual as intenções e comportamento do autor, conscientes ou inconscientes, podem ser recuperadas. Por um lado, a posição ideal é expor o passado tal como ocorreu e adentrar a mente do autor responsável pelo registro de tais acontecimentos.¹³ Por outro lado, há a réplica: isso é impossível, portanto por que se ocupar disso? – uma noção “bem formulada”, tal como ressalta Foucault, por um dos personagens de Samuel Beckett: “de que importa quem está falando”, disse alguém, “em que isso importa?”.¹⁴ Entre esses dois extremos, o reconhecimento da autoria explica não apenas a presença de certos eventos em

uma obra, mas também suas transformações, distorções, diversificações, uma unidade de escrita (permitindo maturação, influências externas, e afins), e a presença de signos que caracterizam esse autor em particular.¹⁵

A analogia entre a noção de autor e o criador de mapas do historiador da cartografia é evidente. Alguém foi responsável pela produção de um mapa, tal como por algum texto, e pelo conteúdo de um mapa, escolha de símbolos, layout e outras características. Porém, enquanto a ideia de Foucault, segundo a qual a autoria literária não necessariamente se refere “pura e simplesmente a um indivíduo real, posto que pode fazer emergir diferentes “eus” a diferentes sujeitos – posições que podem ser ocupadas por diferentes classes de indivíduos”¹⁶ –, causou mais do que simples ondas de abalo no mundo literário, para os historiadores de mapas (graças a David Woodward) é óbvio que um “criador de mapas” é raramente, caso de fato o seja, uma única pessoa.¹⁷ Historiadores da cartografia podem usar o termo “criador de mapas” no singular enquanto um tipo de abreviatura, mas eles o fazem plenamente cientes de que quase sempre o termo se refere a uma pluralidade. Essa pluralidade são as “diferentes classes de indivíduos” de

Foucault. Contudo, o outro postulado supracitado, segundo o qual podemos ter de ajustar nossa noção de um “indivíduo real” para contemplar não apenas uma dada pessoa, mas as diferentes *personae* dele ou dela – os “muitos eus, muitos sujeitos” de Foucault – poderia instigar historiadores da cartografia em uma útil reflexão sobre a noção de “quem fez esse mapa?”

À época em que foi debatida pela crítica literária, a questão da autoria deve ter arrebatado historiadores tal como um *déjà-vu*. Os historiadores têm há muito tempo se preocupado com o problema de como pode haver um objeto como a história quando todo conhecimento histórico é baseado no estado mental de “conhecimento por descrição” e não na experiência ou “conhecimento por contato”.¹⁸ Na medida em que se aceita a descrição como uma condição suficiente para a existência do passado, a responsabilidade pela integridade do objeto é deslocada. Como explica Patrick Gardiner, “saber que este ou aquele evento ocorreram não implica estar “diretamente em contato” com o evento em questão... Contudo, certamente implica ser capaz de produzir evidência acerca de sua existência passada”.¹⁹

A questão da “evidência” nos leva de volta à autoria. Em 1961, E.H. Carr

lembrou à sua plateia na Universidade de Cambridge que “o historiador, antes de começar a escrever história, é o produto da história”.²⁰ Qualquer documento (ou mapa ou artefato) histórico nos alcança profundamente condicionado não apenas pela tradição em que foi criado, mas também pelas tradições que se estabeleceram desde então. O documento não contém tanta evidência simples quanto uma “descrição densa”, um acréscimo dos diferentes significados que cada geração e indivíduo encontrou nele; evidências que historiadores abordam “não em um estado de virgindade com mentes tão livres e abertas quanto muitos praticantes gostariam de pensar, tentando o passado em seus próprios termos, mas “carregados com todos as pressuposições, pressupostos e preconceitos de seus próprios tempos”.²¹ Os perigos são claros: “o autor se dissipa, suas intenções desaparecem, e o texto [nosso mapa] começa a sugerir possibilidades que seu autor talvez nunca tenha imaginado” ou de fato pudesse ter imaginado.²²

A *reductio ad absurdum* de uma posição como essa é que podem-se atribuir valores aos textos literários (e mapas) apenas enquanto algo experienciado pelo leitor, enfeitando-se o autor enquanto irrelevante e suas intenções enquanto inatingíveis. Alguns puristas literários de

fato insistem nisso: Umberto Eco cita com reprovação o comentário de Paul Valéry, “il n’y a pas de vrai sens d’un texte”, ao passo que Gadamer se refere ao “significado morto” de um original, evidentemente considerando que a recuperação de um significado ambicionado não é tarefa de quem interpreta.²³ Um historiador de mapas que porventura assumisse tal posição teórica provavelmente penduraria o mapa na parede, retirando a poeira de tempos em tempos. A alternativa é proceder o melhor possível, sabendo que cada geração escreve sua própria história e que os esforços de nossa própria geração não só nunca serão definitivos como também serão, por sua vez, reescritos. Como um passo preliminar, Carr clamava para que “estudem os historiadores antes de estudar os fatos”, “o importante”, ressalta Gadamer, “é estar consciente do próprio enviesamento”.²⁴

Contexto e gênero _____

O estudo do historiador enquanto uma pré-condição para o estudo da história tem ajudado a revelar diferenças em “estilos de pensamento”.²⁵ De acordo com esse paradigma, reconhecem-se valores como específicos de um lugar, tempo e cultura. A ideia de progresso, por

exemplo, tem sido reconhecida como uma criação do século XVIII britânico.²⁶ Tal como outra noção do mesmo período, a precisão matemática, a ideia pode se tornar um anacronismo caso aplicada a outros tempos ou lugares. Eu muitas vezes tendo a descrever meus próprios interesses na história da cartografia como relacionados a “mapas anteriores à era da cartografia”, aos quais me refiro tendo em mente mapas feitos em um contexto consideravelmente diferente daquele que produziu a cartografia institucionalizada dos Estados Unidos e da Europa do Iluminismo.²⁷

David McKenzie, em suas “Panizzi Lectures” (1985) sobre a bibliografia e sociologia de textos, sugeriu que o que constitui o texto é o ato de construção.²⁸ Tal qual qualquer texto literário ou histórico, um mapa é um ato único de construção (e, de fato, McKenzie especificamente inclui mapas em sua definição de texto).²⁹ Nunca se pode conhecer toda a circunstância de cada construção de mapa, mas muito pode ser aprendido ao se considerar o problema da autoria de modo amplo, em relação ao arquivo do mapa como um todo. Há dois anos, na reunião de Chicago, eu tentei sublinhar, por meio de meu pôster, “*Dial a Map*”, sublinhar a importância de definir contextos – os aspectos que oferecem a

estrutura e dados de um texto³⁰ – ao sugerir que historiadores da cartografia deveriam sempre especificar o gênero (não apenas “mapa”, mas mapa de rota, mapa regional, mapa para...). Definir o gênero, a meu ver, é vitalmente importante, não apenas para evitar ambiguidade, mas acima de tudo para garantir uma comparação legítima.³¹ Críticos literários articularam o modo pelo qual os gêneros funcionaram: eles mostram como significados podem ser construídos com base em gênero, e como somos capazes de selecionar um significado em vez de outro “pois este significado pertence ao tipo de que significado que estamos interpretando, ao passo que aquele não”.³² Disciplina neste nível primário de interpretação de mapas permitirá generalizações em um nível superior, garantindo que qualquer teoria geral que possa emergir ou ser aplicada à história da cartografia baseie-se em fundamentos empíricos significativos.

A Teoria Importa? _____

A teoria importa na história da cartografia? Eu creio que sim. Um campo de estudo sem uma dimensão teórica e filosófica e um debate ativo acerca do que o estudo é não é uma disciplina acadêmica.³³

Entretanto, a teoria trabalha em diferentes níveis:

- no nível pessoal: pelo contínuo treino da mente de cada investigador; no intuito de alcançar o ceticismo treinado do historiador que diz “não foi desse modo, mas deste, talvez...”; para ser intelectualmente engajado e evitar os perigos de uma cada vez maior especialização; e, acima de tudo, para nos ajudar a enxergarmos a nós mesmos com certo grau de distanciamento, tendendo em mente o conselho de Carr, segundo o qual “o historiador que é mais consciente de sua própria situação é, também, o mais capaz de transcendê-la”.³⁴

- no nível interno: por coerência na disciplina da história da cartografia; como um lembrete da necessidade de disciplina no interior do tema de pesquisa (no tocante à terminologia, por exemplo); e como um dispositivo heurístico no intuito de aprender cada vez mais sobre os mapas, seus confeccionadores (makers) e sua confecção

- no nível externo: para comunicar-se com o mundo além da arena imediata da história da cartografia, não apenas com acadêmicos e intelectuais, mas também com o público.

A necessidade de se comunicar com outras disciplinas é um aspecto importante, talvez mesmo a mais

importante justificativa para teoria no interior da história da cartografia. Como caminhar sem uma interação de mão dupla com outras disciplinas? Matthew Edney já chamou atenção para a nova ubiquidade do clichê cartográfico. Trata-se de um clichê que encontramos na crítica literária³⁵, na crítica geográfica³⁶, na história da ciência³⁷ e no jornalismo³⁸. Onde se situa a história da cartografia em relação ao mundo exterior e, quando formos questionados, quais serão nossas respostas? Um compromisso recorrente com a teoria é um modo útil de ver por que enxergamos as coisas de determinada maneira, fazer conexões e ampliar perspectivas.

A teoria não substitui a auto-crítica. Nenhum representante na sessão de teoria quis deixar a entender que a teoria é prescritiva, fosse em um nível pessoal ou em um nível disciplinar. Uma adesão automática ou irrefletida a teorias externas relegaria a história da cartografia a um plano intelectual secundário, impedindo de antemão qualquer desenvolvimento teórico interno. O lugar da teoria na história da cartografia tampouco deveria ser simplificado; há teorias gerais que refletem a filosofia ou abordagem do objeto, e há aquelas que auxiliam as tentativas de um historiador individual no sentido de entender o mapa

que estiver estudando por meio de referências a teorias específicas (poder/saber, centro/periferia, intencionalidade e afins), ou a áreas particulares de teoria (por exemplo, a semiótica). Entretanto, não se deve subestimar o ponto até o qual a história da cartografia já foi influenciada pela teoria crítica. No que se refere a esta, uma mudança de paradigma já ocorreu. Articulada formalmente apenas em 1987, no Prefácio ao Volume 1 do *History of Cartography*, a nova posição emergiu ao longo da década de 1980, conforme cada capítulo foi preparado para publicação.³⁹ A *História* certamente caminhou junto à teoria geral, e é assim que deve ser.

Alguns indivíduos sempre usufruirão da realização de exercícios mentais em teoria *quae* teoria e indicarão, e talvez expliquem, ideias potencialmente relevantes para a história do mapa. A maioria de nós, no entanto, continuará a reconhecer onde temos estado apenas após termos quase completado nossos estudos empíricos e chegarmos ao ponto de nos perguntarmos: O que devo dizer em minha introdução? Quais eram meus pensamentos quando selecionei este tópico? O que minhas descobertas adicionam? O que elas querem dizer?

Agradecimentos: Sou grata à British Academy por uma generosa contribuição referente a custos de viagem para Viena e a Robert Markus e Roger Kain pelo auxílio com diferentes etapas deste trabalho.

NOTAS

* *Why Theory in the History of Cartography*, publicado originalmente em *Imago Mundi*, vol.48, 1996. Traduzido por Daniel Dutra Coelho Braga (PPGHIS/UFRJ). Revisado por André Reyes Novaes (UERJ). Os editores agradecem à Ed Dahl pela autorização concedida para tradução e publicação deste artigo.

** Senior Research Fellow at the Institute of Historical Research, School of Advanced Studies, University of London

¹ Volume pré-circulado de Resumos e Currículos para a 16a Conferência Internacional de História da Cartografia, Vienna, 11 a 16 de Setembro de 1995, p. 108

² Ou artefato. Eu vejo arqueologia essencialmente como uma disciplina histórica que se distingue pelas técnicas envolvidas na recuperação de evidência de vida no passado (ver meu artigo de revisão 'The Annales for archaeology?' *Antiquity* 66 (1992): pp. 539-42. Em teoria crítica, toda obra criada pode ser lida como texto (ver adiante).

³ Até mesmo o assim chamado "Novo Historicismo" foi rejeitado enquanto não historicizado e mais preocupado com procedimentos do que com o estabelecimento de um conhecimento efetivamente novo acerca do passado: KERRIGAN, William. 'Seventeenth-century studies', In: GREENBLATT, Stephen; GUNN, Giles (Eds.). *Redrawing the Boundaries. The Transformation of English and American Literary Studies*. New York: The Modern Language

Association of America, 1992, pp. 64-78, sobretudo 65ff.

⁴ É aceito que aquilo que se identifica por teorias "teorias", nesse contexto, são, na verdade, mais afirmações do que hipóteses testáveis em sentido científico.

⁵ Se filósofos como Michel Foucault parecem estar interessados em história, suas preocupações se atém menos ao passado (a história do historiador) do que a história na medida em que esta afeta o presente.

⁶ Uma versão inicial deste artigo continha uma referência detalhada ao periódico "*Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*", assim como ao papel deste periódico, a partir de meados da década de 1920, no sentido de promover uma nova abordagem para o estudo de história.

⁷ Um exemplo: a intencionalidade, em todas as suas dimensões filosóficas, não tem lugar na história da cartografia. Quando expressa pelos teóricos críticos, no entanto, é imediatamente compreensível enquanto uma questão importante e familiar: qual era a intenção do criador do mapa?

⁸ GARDINER, Patrick. *The Nature of Historical Explanation*. Oxford: Clarendon Press, 1961, p. 34. Um efeito da literatura de desconstrução é o de que hoje em dia é mais fácil aceitar a ideia de "realidade" como uma construção quase que infinita.

⁹ Citado em DANCY, Jonathan; SOSA, Ernest. *A Companion to Epistemology*. Oxford: Blackwell, 1992, p. 177.

¹⁰ Por exemplo, comparem-se as abordagens em, por um lado, BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. London: Collins, 1972, 2 vols., e, por outro lado, MACNEILL, J. R. . *The Mountains of the Mediterranean World. An Environmental History*. Cambridge: Cambridge University Press,

1992, ou ainda THIRGOOD, J. V.. *Man and the Mediterranean Forest. A History of Resource Depletion*. London/ New York: Academic Press, 1981.

¹¹ Nota 11. Para Marc Bloch, “em última instância, é a consciência humana o objeto da história”. O ofício do historiador. (Manchester, Manchester University Press, 1954; tradução de “Apologie pour l'histoire ou metier d'historien”, Paris, Colin, 1949), p. 151.

¹² RUSSELL, Bertrand. *The Problem of Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1912, cap. 5.

¹³ A posição idealista estava sendo incentivada em meio a geógrafos históricos do final da década de 1960 em uma tentativa de romper com o hábito de escrever sobre o passado integralmente a partir do ponto de vista do escritor e com um julgamento anacrônico. O impressionante exemplo de sucesso dessa abordagem foi BROWN, Ralph. *Mirror for Americans: The Likeness of the Eastern Seaboard 1810*. New York: American Geographical Society, 1943.

¹⁴ FOUCAULT, Michel, 'O que é um autor?' In: HARARI, J (Ed.). *Textual Strategies: Perspectives in Post-Structural Criticism*. London: Methuen, 1980, pp. 141-60; republicado em RABINOW, Paul (Ed.). *The Foucault Reader*. London: Penguin Books, 1984, pp. 101-20 (edição da qual todas as referências nesta comunicação foram retiradas).

¹⁵ Foucault os chama de indicadores ou modificadores de autoria. (*What is an author?* [ver nota 14], p. 112). Dentre eles constam o uso de pronomes pessoais, advérbios de tempo e lugar e, também, conjugação verbais. Não é preciso ressaltar o paralelo com o caso da imagem do mapa.

¹⁶ FOUCAULT, 'What is an author' (ver nota 14), 113. 17.

¹⁷ O esquema de David Woodward para uma “estrutura para o estudo de mapas e artefatos” também serve enquanto um lembrete do número de indivíduos comprometidos com a criação e a preparação de um mapa impresso ('The study of the history of cartography: a suggested framework', *American Cartographer* 1 (1974): 101-15, reproduzido em Michael J. Blakemore and J. B. Harley, *Concepts in the History of Cartography. A Review and Perspective*, *Monograph* 26, *Cartographica* 1 7:4 (1980): 46).

¹⁸ A distinção remete à década de 1860. Dancy and Sosa, *Companion to Epistemology* (ver nota 9), 237.

¹⁹ Gardiner, *Nature of Historical Explanation* (ver nota 8), 63.

²⁰ E. H. Carr, *What Is History?* The George Macaulay Trevelyan Lectures Delivered in The University of Cambridge, January-March 1961 (London, Macmillan, 1961; Harmondsworth, Penguin, 1964, 2nd ed. 1987), 40.

²¹ “Descrição densa” foi, originalmente, um termo de Gilbert Ryle. Cf. GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures; Selected Essays*. New York: Basic Books, 1973, pp. 3-30, sobretudo p. 6. A citação é oriunda da p. 588 da discussão feita por Harlan acerca da análise de Gadamer da interpretação do texto e história: HARLAN, David. 'Intellectual history and the return of literature', *American Historical Review*, 94 (1989): 581- 609; GADAMER, Hans-Georg. *Truth and Method*, traduzido da língua alemã, ed. Garnet Barden and John Cumming (London, Steed and Ward, 1975).

²² HARLAN, 'Intellectual history' (ver nota 21), p. 587.

²³ ECO, Umberto. *Semiotics and the Philosophy of Language*. London, Macmillan, 1984), p. 3; GADAMER, *Truth and Method* (ver nota 21), p.

245. Ver também SKINNER, Quentin. *The Return of Grand Theory to the Human Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p.8, citado por HARLAN, 'Intellectual history' (nota 21): p. 588.

24 CARR, What Is History? (ver nota 20), p.23; GADAMER, Truth and Method (ver nota 21), p. 238.

25 Para uma exposição recente acerca desse tema, da Antiguidade em diante, ver CROMBIE. A.C. *Styles of Scientific Thinking in the European Tradition*. London, Duckworth, 1994, 3 vols).

26 SPADAFORA, David . *The Idea of Progress in Eighteenth- Century Britain*. New Haven, Yale University Press, 1990), p. 415, ressalta que a ideia de progresso esteve “na linha de frente do pensamento britânico durante o século dezoito ... Poucas vezes uma única ideia desempenhou papel tão central em um mundo intelectual”.

27 Estou adaptando o título de Hans Belting em BELTING, Hans. *Likeness and Presence. A History of the Image before the Era of Art*. Chicago, University of Chicago Press, 1993. A cartografia formal ou institucionalizada, tal como a vejo, é caracterizada pela preocupação com o levantamento preciso, regras de mapeamento e convenções tais como a orientação pelo norte, símbolos convencionais *sensu stricto*, explicações, linhas de escala, gradações determinadas astronomicamente, etc. Para muitos, esse tipo de mapa define a cartografia, sendo qualquer outro tipo de mapa algo meramente “pré-cartográfico”. Ver os comentários de Matthew Edney acima, acerca da noção de progresso, assim como sua referência a G.R. Crone.

28 McKENZIE, D. F. *Bibliography and the Sociology of Text, The Panizzi Lectures 1985*. London: The British Library, 1986., p. 34 (grifo meu).

29 McKENZIE, *Bibliography...* (ver nota 28), p. 5.

30 De acordo com HIRSCH, E. D. *Validity in Interpretation*. New Haven and London: Yale University Press, 1967, p. 76, contexto não é o mesmo que gênero, apenas um passo preliminar.

31 Muito da literature temática de nossa disciplina é baseado em comparações aleatórias inválidas, tal como averigui ao longo do trabalho com a história dos símbolos de mapas para o Volume 3 da *The History of Cartography*.

32 Este é um argumento hermeneuticamente circular, mas certamente oferece um modo de ao menos abordar as intenções do criador de mapa e o significado do mapa. O fato de que um crítico textual tenha exposto ao menos seis acepções diferentes para “significado” não é algo a que precisemos nos ater aqui, mas pode-se consultar CAIRD, G.B. *The Language and Imagery of the Bible*. London: Duckworth, 1988), principalmente pp. 37-61.

33 Dizer que um componente teórico é necessário não é sugerir que uma determinada teoria ou filosofia em particular, ou acordada, deveria ser imposta.

34 CARR, What Is History? (ver nota 20),

35 Por exemplo, GREENBLATT e GUNN, *Redrawing the Boundaries* (ver nota 3), p.5, discutem o modo pelo qual “mapeamento e remapeamento caracterizam o campo da crítica literária”.

36 Cf. GREGORY, Derek. *Geographical Imaginations*. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1994., cujo capítulo de abertura chama-se “Mapas da paisagem intelectual”.

37 Consulte-se, por exemplo, o capítulo 4 de ZIMAN, John. *Reliable Knowledge. An Exploration of the Grounds for Belief in Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

³⁸ Praticamente todo volume do *The Times Literary Supplement* contém uma resenha que utiliza o clichê.

³⁹ Ao longo da década de 1980, ambos editores não apenas ensinaram e realizaram palestras com base em sua nova definição de um mapa, mas também CAJOLED outros a adotarem uma postura mais liberal. Para essa nova abordagem, ver J. B. Harley and David Woodward, eds., *The History of Cartography, Volume 1, Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean* (Chicago, University of Chicago Press, 1987), esp. xv-xxi. O impacto da teoria crítica é ainda mais evidente no conteúdo do

Segundo volume, do qual dois livros já foram publicados: *Book 1, Cartography in the Traditional Islamic and South Asian Societies* (1992); *Book 2, Cartography in the Traditional East and Southeast Asian Societies* (1994).

WHY THEORY IN THE HISTORY OF CARTOGRAPHY

ABSTRACT: IN FOCUSING ON THE 'HISTORY' OF THE HISTORY OF CARTOGRAPHY, ATTENTION IS DRAWN TO THE NEED TO DISTINGUISH BETWEEN TWO SOURCES OF THEORY: CRITICAL THEORY, FOR THE WAY MAPS ARE INTERPRETED AS HISTORICAL DOCUMENTS; AND A VARIETY OF BODIES OF THEORY (SUCH AS THOSE OF THE SOCIAL SCIENCES, HUMANITIES, AND SCIENCES) FOR THE INFORMATION DERIVED FROM MAPS. THE ARGUMENT TOUCHES ON THE RELATIONSHIP OF HISTORY, BY DEFINITION A TEXT-BASED (IN BROAD TERMS) SUBJECT, WITH CRITICAL THEORY, AND THEIR COMMON PREOCCUPATION WITH PROBLEMS OF AUTHORSHIP, THE IMPORTANCE OF CONTEXT AND GENRE AT THE EMPIRICAL LEVEL, AND THE DIFFERENT LEVELS OF RELEVANCE OF THEORY TO THE HISTORY OF CARTOGRAPHY.

POURQUOI LA THÉORIE À L'HISTOIRE DE CARTOGRAPHIE?

RESUMÉ: LORSQU'ON SE CONCENTRE SUR LA NOTION D'HISTOIRE EN HISTOIRE DE LA CARTOGRAPHIE, ON A L'ATTENTION ATTIRÉE SUR LA NÉCESSITÉ DE DISTINGUER DEUX SOURCES DE THÉORIES: LA THÉORIE CRITIQUE POUR LA FACON DONT LES CARTES SONT INTERPRÉTÉES EN TANT QUE DOCUMENTS HISTORIQUES; ET UNE VARIÉTÉ DE DIFFÉRENTES SORTES DE THÉORIES (TELLES QUE CELLES DES SCIENCES SOCIALES, DE LA LITTÉRATURE ET DES SCIENCES) POUR LES RENSEIGNEMENTS FOURNIS PAR LES CARTES. CETTE DISCUSSION PROVIENT DU RAPPORT ENTRE L'HISTOIRE, PAR DÉFINITION UN SUJET BASÉ

SUR UN TEXTE (AU SENS LARGE), AVEC UNE THÉORIE CRITIQUE ET LEUR PRÉOCCUPATION COMMUNE DES PROBLÈMES D'AUTEUR, DE L'IMPORTANCE DU CONTEXTE ET DU GENRE AU NIVEAU EXPERIMENTAL AINSI QUE LES DIFFÉRENTS NIVEAUX DE RELATION ENTRE LA THÉORIE ET L'HISTOIRE DE LA CARTOGRAPHIE.